

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO – CONCORRÊNCIA

CONTRATO Nº:/202...
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:/202...
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº/202...
VIGÊNCIA: (.....) MESES
VALOR: R\$

Aos.....dias do mês de do ano de....., a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, com sede na cidade de Olímpia/SP, na Praça Rui Barbosa, nº 54, Patrimônio de São João Batista, CEP: 15400-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.596.151/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Decreto nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de de de, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme **atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA MIGUEL SAID AIDAR, NO BAIRRO SANTA EFIGÊNIA, VINCULADA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO FEHIDRO N.º 81/2025, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 – Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 – O Termo de Referência;
- 1.3.2 – O Edital da Licitação;
- 1.3.3 – A Proposta do contratado;
- 1.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 – O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 – O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 – O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 – Regime de Execução:

3.1.1 – O regime de execução deste objeto será de Empreitada por Preço Unitário, disposto no inciso I, do art. 46, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 – Serão executados pela contratada os serviços a seguir:

3.2.1 – **Serviços Preliminares (Nível 1):** está previsto a instalação de placa de identificação da obra, seguindo as dimensões e normativas do convênio;

3.2.2 – **Canteiro de Obras (Nível 2):** compõe as instalações do Canteiro de Obras incluindo container para depósito de materiais e ferramentas, e também container do tipo sanitário para uso dos funcionários, além de tela de nylon para proteção e isolamento da obra durante a execução dos serviços de abertura de valetas para assentamentos de tubos, construção de poços de visita e bocas de lobo, entre outros serviços;

3.2.3 – **Administração Local (Nível 3):** para a execução da obra será necessário o acompanhamento por uma equipe de topografia e também por um(a) engenheiro(a) a fim de garantir a execução dos serviços em conformidade com os projetos e especificações técnicas;

3.2.4 – **Serviços Iniciais (Nível 4):** compõe a execução de todos os serviços de demolição mecanizada para execução da obra, sendo: pavimento asfáltico, calçamento, bocas de lobo existente a serem substituídas, guia/sarjeta e o muro de arrimo do canal do Córrego Olhos D'água, bem como, o carregamento e transporte dos entulhos até o local indiciado pela contratante;

3.2.5 – **Movimento de Terra (Nível 5):** trata-se da execução dos serviços de escavação mecanizada das valas com profundidades de até 4 metros, execução de sistema de escoramento das valetas com estacas e pranchas metálicas para atendimento as normas de segurança do trabalho, regularização/compactação de superfície e reaterro do solo mecanizado com compactação mínima de 95% do PN (proctor normal);

3.2.6 – **Drenagem (Nível 6):** compõe a execução do lastro de pedra britada no fundo das valas e o assentamento dos tubos de concreto do tipo PA-2 e PA-4 com diâmetros de 600 mm, 1000 mm e 1500 mm a ser executado pela contratada seguindo o traçado e níveis estabelecidos no projeto básico;

3.2.7 – Dispositivo de Drenagem (Nível 7): deverá ser executado os dispositivos de drenagem para captação e transição das redes de acordo com as dimensões e detalhamentos especificados no projeto básico e memorial descritivo, compõe a execução de: caixas de transição com degrau, bocas de lobo duplo e simples com tampa de concreto, grelhas de ferro fundido, poços de visita em concreto e tampão de ferro fundido;

3.2.8 – Pavimentação (Nível 8): a contratada deverá executar os serviços de pavimentação asfáltica para recomposição das vias demolidas durante a obra, considerando os serviços de: execução de melhoria e preparo do subleito, sub-base em solo fino, base em BGS (brita graduada simples), imprimação impermeabilizante, imprimação ligante, e acabamento com capa de CBUQ (camada de rolamento em concreto betuminoso usinado a quente). Todas as camadas de pavimento (subleito, sub-base, base e capa) deverão ser analisadas pela contratante antes da execução da camada superior, portanto, a medida que as camadas do pavimento estiverem concluídas, a contratada deverá informar o fiscal da obra com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas a fim de agendar e solicitar a realização dos ensaios. Os serviços de aplicação do CBUQ deverão ser executados em etapas, a ser definido com a contratante e de acordo com a evolução da obra, a fim de liberar o trânsito na Avenida Aurora Forti Neves e acesso de veículos dos moradores;

3.2.9 – Serviços complementares (Nível 9): compõe a reconstrução do muro de arrimo do canal do Córrego Olhos D'água, demolido para a construção da galeria, considerando a execução das estruturas de concreto armado, chapisco, emboço desempenado, impermeabilização e pintura com tinta acrílica;

3.2.10 – Calçamento (Nível 10): foi previsto a reconstrução dos passeios de concreto desempenado a ser demolido e danificados na Avenida Aurora Forti Neves e das edificações da Rua Miguel Said Aidar;

3.2.11 – Serviços de reparos em rede coletora de esgoto (Nível 11): a Contratada deverá realizar os reparos necessários nas redes coletoras e ramais de esgoto que interferir na execução da obra, sendo que todos os reparos deverão ser discutidos e aprovados in loco pela Sabesp (responsável pelas redes do Município) antes da sua execução;

3.2.12 – Serviços de reparos em rede de água potável (Nível 12): a Contratada deverá realizar os reparos necessários nas redes e ramais de água potável que interferir na execução da obra, sendo que todos os reparos deverão ser discutidos e aprovados in loco pela Sabesp (responsável pelas redes do Município) antes da sua execução.

3.3 – Condições de execução:

3.3.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.3.1.1 – Será obrigatória a apresentação, pelo responsável técnico da obra, de ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) sendo indispensável sua apresentação para a formalização e assinatura do contrato.

3.3.1.2 – Na ART de execução da obra deverá constar a descrição geral do objeto no item observações, conforme descrito abaixo:

3.3.1.2.1 – Execução de obra construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, vinculada ao Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente,

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia, deverá conter também o número processo licitatório.

3.3.1.3 – Deverão constar como atividades técnicas na ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a Execução de Obras e/ou Serviços de Construção Civil de:

3.3.1.3.1 – 219,00 m (metro) de rede de drenagem / tubo de concreto de águas pluviais;

3.3.1.3.2 – 2.012,15 m³ (metro cúbico) de movimento de terra;

3.3.1.3.3 – 6,00 unid. (unidades) de poço de visita / caixa de transição;

3.3.1.3.4 – 7,00 unid. (unidades) de boca de lobo simples / dupla;

3.3.1.3.5 – 600,48 m² (metro quadrado) de pavimentação asfáltica em CBUQ.

3.3.1.4 – A Contratada deverá enviar a ART/RRT referente à execução do objeto, em formato definitivo para a Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura no seguinte endereço eletrônico: obras@olimpia.sp.gov.br, para solicitação da emissão do alvará de construção junto à Divisão de Licenciamento e Regularização.

3.3.1.5 – Em até 30 (trinta) dias, após a emissão do alvará, a CONTRATADA deverá inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) conforme artigos 3º, 4º, 5º e 18º da Instrução Normativa da Receita Federal (RFB) nº 2061/2021.

3.3.1.6 – O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da autorização do setor competente da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia.

3.3.1.7 – As medições da obra serão realizadas periodicamente, de acordo com o avanço físico-financeiro do empreendimento, mediante a apresentação de documentação hábil pelo contratado e validação pelo fiscal do contrato.

3.3.1.8 – Os pagamentos ao contratado estarão vinculados às liberações de recursos oriundos do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia, observando-se as condições estabelecidas pelo referido instrumento.

3.3.1.9 – A primeira liberação de recursos ocorrerá após análise e aceite da documentação do processo licitatório pelo Agente Técnico do FEHIDRO. A documentação será encaminhada pela Contratante para análise da CONCEDENTE, após assinatura do contrato de execução da obra.

3.3.1.10 – Os desembolsos subsequentes estarão condicionados à existência de parecer favorável do Agente Técnico do FEHIDRO quanto à execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do empreendimento.

3.3.1.11 – Os pagamentos somente serão efetuados mediante comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como apresentação de documentos exigidos no Manual de Procedimentos Operacionais (MPO – Investimento) do FEHIDRO.

3.3.1.12 – A prestação de contas dos valores recebidos deverá ser apresentada pelo Município de Olímpia diretamente ao Agente Técnico e à DESENVOLVE SP, nos prazos e condições definidos no Contrato de Financiamento n.º 81/2025 e no MPO – Investimento.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

3.3.1.13 – O não atendimento às condições estabelecidas no Contrato de Financiamento n.º 81/2025, em especial no que se refere às exigências técnicas, financeiras, fiscais e trabalhistas, implicará a suspensão das liberações até a devida regularização, sem ônus adicional para o Município.

3.3.1.14 – Após o recebimento da ordem de serviço e antes do início da execução, os representantes da contratada deverão reunir-se com os responsáveis pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura com a finalidade de integração do corpo técnico dos órgãos públicos ao da CONTRATADA, servindo para dirimir eventuais dúvidas e realizar esclarecimentos necessários, bem como discutir sobre implantação do canteiro de obras e demais assuntos que se fizerem pertinentes.

3.3.1.14.1 – Em ambas as reuniões estará presente o Fiscal Técnico do Contrato.

3.3.1.15 – O responsável técnico ou o seu preposto deverá responsabilizar-se pela elaboração do diário de obras, elaborado nos moldes estabelecidos pela resolução n.º 1.096/2023 do CONFEA, de acordo com as recomendações do item 19.3 do Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP. Esse deverá ser apresentado à fiscalização técnica do contrato durante as vistorias, conforme regulamento do § 1º, do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021.

3.3.1.16 – O responsável técnico da CONTRATADA deverá vistoriar a execução dos serviços, no mínimo duas vezes por semana.

3.3.1.17 – Os resíduos de construção civil deverão ser destinados à reciclagem e os rejeitos encaminhados ao aterro sanitário, sendo os custos de destinação a cargo da CONTRATADA.

3.3.1.18 – Deverão ser cumpridos nos locais da execução as normas de segurança de trabalho vigentes, no que couber, em especial as Normas Regulamentadoras:

3.3.1.18.1 – NR-4 (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho);

3.3.1.18.2 – NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA));

3.3.1.18.3 – NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

3.3.1.18.4 – NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO);

3.3.1.18.5 – NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos);

3.3.1.18.6 – NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);

3.3.1.18.7 – NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos);

3.3.1.18.8 – NR-17 (Ergonomia);

3.3.1.18.9 – NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);

3.3.1.18.10 – NR-21 (Trabalho a Céu Aberto) e

3.3.1.18.11 – NR-26 (Sinalização de Segurança).

3.3.1.19 – A obra deverá ser executada com mão de obra qualificada cumprindo a metodologias de execução prescritas pelas normas ABNT aplicáveis, nos critérios de medição e remuneração da CDHU atualmente vigente (Versão n.º 198).

3.3.1.20 – As etapas da obra, bem como as previsões de pagamentos, prazos e afins estão previstas nos anexos do Termo de Referência, especificamente no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

3.3.1.21 – A Contratada deverá executar fielmente os serviços previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA, competindo-lhe a fiel execução do objeto, de forma a permitir que o setor competente da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais do município da Estância Turística de Olímpia, promova as prestações de contas dos recursos da 1ª, 2ª e 3ª parcela a ser repassado pelo CONCEDENTE, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo.

3.3.1.21.1 – Deverá ser executado pela contratada o valor total da parcela repassada, somado a contrapartida do município, para que a contratante realize os pagamentos, prestações de contas, solicite as vistorias pela fiscalização da concedente, entre outros trâmites administrativos até a liberação da próxima parcela, conforme quadro a seguir:

Parcela	Repassa (R\$)	Contrapartida (R\$)	Total (R\$)	Executar na:
1ª	R\$ 470.076,92	R\$ 68.330,58	R\$ 538.407,50	1ª e 2ª medição
2ª	R\$ 226.139,88	R\$ 33.256,43	R\$ 259.396,31	3ª medição
3ª	R\$ 212.359,55	R\$ 31.241,36	R\$ 243.600,91	4ª medição
Total	R\$ 908.576,35	R\$ 132.828,37	R\$ 1.041.404,72	

3.3.1.22 – A Licitante ao participar do certame declara-se automaticamente ciente das condições de execução do objeto, vinculado ao repasse dos recursos do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo. Não se traduzirá em responsabilidade do município o eventual atraso no desembolso dos recursos das parcelas do Convênio pelo CONCEDENTE, principalmente nos casos de atraso na execução das obras causadas pela CONTRATADA.

3.3.1.23 – Subsidiariamente ao subitem anterior, a proponente deverá dispor de recursos suficientes para continuação do objeto seguindo o Cronograma Físico-Financeiro, no caso de atraso do repasse do recurso do Termo de Convênio pela concedente a municipalidade, competindo-lhe o direito de recebimento pelos serviços prestados após a conclusão da obra, em até 90 dias após a aprovação das contas pelo departamento competente do Governo do Estado de São Paulo.

3.3.1.24 – Excepcionalmente, e, desde que formalmente autorizado pelo CONCEDENTE, a municipalidade poderá suportar o emolumento das medições dos serviços executados pela contratada até a conclusão do objeto com recursos próprios, no caso de atraso no repasse do valor da parcela do Convênio, durante a execução do objeto ou vencido o prazo estipulado no subitem 3.3.1.23.

3.4 – Materiais a serem disponibilizados:

3.4.1 – Para a perfeita execução das obras, a contratada deverá fornecer e utilizar materiais normatizados, homologados pelas normas da ABNT, ou outras aplicáveis quando da ausência desta no que tange aos requisitos de qualidade e durabilidade, de acordo com padrões especificados no memorial descritivo e nos critérios de medição e remuneração da tabela da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo n.º 198 (Referência Maio/2025).

3.4.2 – A aplicação de materiais de qualidade e durabilidade na execução das obras é requisito fundamental de sustentabilidade.

3.4.3 – Deverão ser utilizados os materiais especificados no memorial descritivo e na planilha orçamentária base.

3.4.4 – Todas as camadas do pavimento (subleito, sub-base, base e capa) deverão ser analisadas pela contratante antes da execução da camada superior, portanto, a medida que as camadas do pavimento estiverem concluídas, a contratada deverá informar o fiscal da obra com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas a fim de agendar e solicitar a realização dos ensaios.

3.5 – Local e horário da prestação dos serviços:

3.5.1 – O local de execução é a Rua Miguel Said Aida, no trecho entre a Avenida Aurora Forti Neves e Avenida Cândido Bruniera, no bairro Santa Efigênia, dentro do perímetro urbano do município:



Mapa/Desenho da área do projeto/obra, com as coordenadas superior esquerda e inferior direita do polígono retângulo da área.

3.5.2 – Os serviços poderão ser executados aos fins de semana, a critério da CONTRATADA, sendo que deverão ser observados os limites de ruído fixados pela Norma ABNT NBR 10.151/2019 em atendimento ao artigo 1.277, da Lei 10.406/2002 (código Civil).

3.6 – Especificação da garantia do serviço:

3.6.1 – Para os serviços, o prazo de garantia exigido será de 5 (cinco) anos conforme § 6º, do artigo 140, da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente ao Código Civil.

3.6.2 – A CONTRATADA deverá realizar todos os reparos e serviços necessários decorrentes de falhas de execução, vícios endógenos e demais que se fizerem

necessários de acordo com os critérios de entrega provisória e definitiva da obra; o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a execução dos reparos de acordo com o item 3.7.3.

3.6.3 – A CONTRATADA deverá ajustar o planejamento da execução da obra com o fiscal do contrato, em formato presencial ou através de canais eletrônicos, cujo prazo para execução e atendimento das solicitações não deveram exceder 5 (cinco) dias contados a partir do envio, sem prejuízo de incorrer em prazos menores quando ocorrerem situações de urgências/emergências no caso de problemas eventuais problemas estruturais no objeto.

3.6.4 – Em hipótese alguma a CONTRATADA deverá se negar a realizar os reparos que se fizerem necessários sob risco da aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.7 – Modelo de Gestão do Contrato:

3.7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responderá pelos atos praticados que acarretarem sua inexecução total ou parcial.

3.7.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

3.7.3 – As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato assim o exigir, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.7.4 – A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.8 – Preposto:

3.8.1 – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.8.2 – A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

3.8.3 – A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.9 – Fiscalização do Contrato:

3.9.1 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.9.2 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VI);

3.9.3 – O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, II);

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

3.9.4 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, III);

3.9.5 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, IV);

3.9.6 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, V);

3.9.7 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VII).

3.9.8 – O Fiscal do Contrato deverá manter o diário de obras durante toda a execução do objeto, atualizando diariamente todas as ocorrências, de acordo com os padrões adotados pelos Tribunais de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) ou da União (TCU).

3.10 – Gestor do Contrato:

3.10.1 – O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, IV).

3.10.2 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, II).

3.10.3 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, III).

3.10.4 – O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VIII).

3.10.5 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, X).

3.10.6 – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais

condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VI).

3.10.7 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.10.8 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Planejamento de Compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.11 – **Matriz de Riscos:**

3.11.1 – **Tipo de Risco:** Risco de Projeto / Estudo Técnico

3.11.1.1 – **Descrição do Evento:** Falhas ou omissões em projetos, levantamentos topográficos ou estudos de solo fornecidos pela Administração.

3.11.1.2 – **Parte Responsável:** Contratante

3.11.1.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Realizar revisões técnicas prévias, compatibilizar projetos e validar estudos antes da licitação.

3.11.2 – **Tipo de Risco:** Risco de Execução

3.11.2.1 – **Descrição do Evento:** Erros construtivos, má execução dos serviços, uso inadequado de materiais ou não observância das especificações técnicas.

3.11.2.2 – **Parte Responsável:** Contratado

3.11.2.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Implantar controle tecnológico, seguir rigorosamente o projeto executivo e garantir fiscalização contínua.

3.11.3 – **Tipo de Risco:** Risco de Suprimento / Logística

3.11.3.1 – **Descrição do Evento:** Atrasos no fornecimento de materiais, equipamentos ou mão de obra especializada.

3.11.3.2 – **Parte Responsável:** Contratado

3.11.3.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Planejar previamente a aquisição de insumos, manter cronograma atualizado e prever estoques mínimos.

3.11.4 – **Tipo de Risco:** Risco Climático

3.11.4.1 – **Descrição do Evento:** Ocorrência de chuvas intensas ou eventos climáticos que prejudiquem o andamento das obras.

3.11.4.2 – **Parte Responsável:** Compartilhado

3.11.4.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Planejar o cronograma considerando períodos chuvosos, implantar drenagem provisória e adotar medidas de proteção.

3.11.5 – **Tipo de Risco:** Risco de Interferências Subterrâneas

3.11.5.1 – **Descrição do Evento:** Existência de redes de água, esgoto, energia ou telecomunicações não mapeadas.

3.11.5.2 – **Parte Responsável:** Compartilhado

3.11.5.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Consultar previamente as concessionárias, realizar sondagens e, se necessário, readequar o projeto em comum acordo.

3.11.6 – **Tipo de Risco:** Risco Ambiental

3.11.6.1 – **Descrição do Evento:** Ocorrência de contaminação de solo, lançamento inadequado de efluentes ou destinação incorreta de resíduos de obra.

3.11.6.2 – **Parte Responsável:** Contratado

3.11.6.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Cumprir integralmente a legislação ambiental, utilizar caçambas licenciadas e dispor adequadamente os resíduos.

3.11.7 – **Tipo de Risco:** Risco Financeiro / Econômico

3.11.7.1 – **Descrição do Evento:** Oscilação de preços de materiais e insumos que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.11.7.2 – **Parte Responsável:** Contratante (nos casos imprevisíveis)

3.11.7.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Aplicar cláusulas de reajuste e revisão contratual conforme legislação vigente.

3.11.8 – **Tipo de Risco:** Risco de Segurança no Trabalho

3.11.8.1 – **Descrição do Evento:** Acidentes de trabalho durante a execução da obra.

3.11.8.2 – **Parte Responsável:** Contratado

3.11.8.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Elaborar e cumprir o PCMAT, garantir uso obrigatório de EPIs e promover treinamentos de segurança.

3.11.9 – **Tipo de Risco:** Risco de Fiscalização e Gestão Contratual

3.11.9.1 – **Descrição do Evento:** Falhas na supervisão ou atraso em decisões por parte da Administração.

3.11.9.2 – **Parte Responsável:** Contratante

3.11.9.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, com acompanhamento e registros periódicos.

3.11.10 – **Tipo de Risco:** Risco de Atraso na Execução

3.11.10.1 – **Descrição do Evento:** Paralisações ou descumprimento de prazos por fato imputável ao contratado.

3.11.10.2 – **Parte Responsável:** Contratado

3.11.10.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Elaborar planejamento detalhado, monitorar o cronograma e realizar gestão eficiente de equipe e recursos.

3.11.11 – **Tipo de Risco:** Risco de Fato do Príncipe / Caso Fortuito ou Força Maior

3.11.11.1 – **Descrição do Evento:** Ocorrência de eventos imprevisíveis ou inevitáveis, como catástrofes naturais, pandemias ou alterações legislativas.

3.11.11.2 – **Parte Responsável:** Contratante

3.11.11.3 – **Medidas Preventivas / Mitigadoras:** Aplicar reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação contratual, conforme o disposto em lei.

3.11.12 – **Observações Gerais:**

3.11.12.1 – A matriz visa garantir a alocação eficiente dos riscos, de modo que cada parte assuma aqueles sobre os quais têm melhor capacidade de gestão.

3.11.12.2 – O contrato deverá refletir integralmente esta alocação e prever seguros obrigatórios, como responsabilidade civil e acidentes de trabalho.

4 – CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 – O valor total da contratação é de R\$..... (Valor por extenso)

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 – CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 – O CONTRATADO deverá solicitar formalmente ao fiscal do contrato a medição dos serviços executados durante o mês, devendo encaminhar a ele, previamente, a planilha de medição por ela elaborada, a qual deverá guardar relação com a planilha orçamentária licitada a fim de auxiliar a medição.

6.2 – O CONTRATADO deverá entregar em cada medição, as fichas de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para processamento da medição dos serviços executados.

6.3 – O fiscal do contrato aferirá as quantidades unitárias dos serviços efetivamente executados, de acordo com a evolução da obra, lavrando medições mensais, conforme o cronograma físico-financeiro anexo ao termo de referência, de acordo com o §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

6.4 – As medições deverão ser apresentadas e assinadas pelo fiscal e pelo gestor do contrato, identificadas por numeração e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra, que deverá conter o registro de ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no período, apresentando também o relatório fotográfico com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes a respectiva medição e ao período.

6.4.1 – Tanto nas medições quanto nas notas fiscais deverá constar a indicação do processo licitatório e do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo e o Município da Estância Turística de Olímpia.

6.5 – Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, e constatadas irregularidades:

6.5.1 – Será indicada a retenção, glosa ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.5.1.1 – Não produzir os resultados acordados,

6.5.1.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.5.1.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.5.1.4 – No caso da possibilidade de ocorrência de jogo de planilha, nas situações em que se fizerem necessários acréscimos ou supressões, será utilizado o Método do Desconto (Acórdão nº 1.755/2004 – TCU – plenário), conforme art. 128 da Lei nº 14.133/21.

6.6 – Caberá ao fiscal técnico do contrato e ao gestor avaliar as condições quanto a qualidade e a eficiência da execução dos serviços, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

6.7 – Após a finalização e conferência dos relatórios, o fiscal deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o gestor do contrato tome as providências cabíveis.

6.7.1. Os relatórios de medição deverão ser apresentados nos formatos PDF e XLSX.

6.8 – Caberá ao gestor do contrato emitir o laudo e encaminhar o processo para pagamento;

6.9 – Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com a respectiva medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade;

Do recebimento:

6.10 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.11 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.12 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (inciso X, artigo 21 Decreto Municipal 8.720/2023).

6.13 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.14 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.15 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.15.1 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme o Art. 119 da lei 14.133/2021, conforme abordado nos itens anteriores.

6.15.2 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.15.3 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.15.4 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos projetos básicos, executivos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, do Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.16 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.17 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, caso não sejam identificados vícios e/ou reparos a serem executados pelo contratado, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, após apresentação de toda a documentação exigida, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.17.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.17.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

6.17.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.17.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.17.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.18 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da norma, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.19 – O prazo de recebimento permanecerá suspenso enquanto as inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança não forem sanadas, pelo contratado.

6.20 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço tampouco a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme os art. 119 e 140 da NLLC.

6.21 - O recebimento definitivo do objeto está condicionado a entrega da Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pela Receita Federal, conforme Instrução Normativa da Receita IN RFB 2021/2021, sendo responsabilidade do CONTRATADO.

Liquidação:

6.22 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.23 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.23.1 – O prazo de validade;

6.23.2 – A data da emissão;

6.23.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.23.4 – O período respectivo de execução do contrato;

6.23.5 – O valor a pagar; e

6.23.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.23.7 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.24 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.25 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

6.26 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.27 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.28 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.29 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento:

6.30 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento:

6.31 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.32 – Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.33 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.34 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.35 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 – O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais **Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO em de de 202...**

7.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC – Índice Nacional de Custo de Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 – Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

8 – CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 – São obrigações do Contratante:

8.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e os estabelecidos em edital e seus anexos;

8.3 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 – Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10 – Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.13 – Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14 – Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15 – Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16 – Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado,

das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.17 – Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18 – Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9 – CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e os estabelecidos em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 – Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 – Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.9 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

- 9.21 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24 – Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25 – Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26 – Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27 – Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28 – Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29 – Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30 – Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31 – Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32 – Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33 – Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.34 – Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35 – Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36 – Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.37 – Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38 – Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1 – Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39 – Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.39.1 – O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2 – Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.39.2.1 – resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2 – resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3 – resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4 – resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3 – Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4 – Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40 – Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1 – Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2 – Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.41 – Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42 – Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus

funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43 – Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44 – Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10 – CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de

tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 – A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na **modalidade**, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato.

11.2 – Para garantia do fiel adimplemento do presente contrato, o CONTRATADO efetuou em **data de de de 202...**, uma caução, no valor de **R\$ 000.000,00 (Valor por extenso)**

11.3 – Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4 – A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5 – Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item deste contrato.

11.6 – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7 – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1 – prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2 – multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.7.3 – obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

11.8 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9 – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, determinada pela municipalidade, com correção monetária.

11.10 – Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11 – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12 – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13 – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14 – O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1 – O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2 – Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

11.15 – Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16 – A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17 – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18 – Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.19 – Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.20 – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.21 – O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.22 – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do

subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV. **Multa:**

- (1) Moratória, para a infração descrita no subitem “d”, de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- (2) Moratória de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- (3) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.
- (4) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- (5) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.
- (6) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- (7) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- (8) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 – Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

12.10 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.13 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da norma.

12.14 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.15 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.16 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 – O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 – Indenizações e multas.

13.7 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

14.2 – Não haverá reserva orçamentária para o ano de 2025, pois a presente contratação só iniciará no exercício de 2026, devido aos prazos legais de contratação, envio da documentação a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo, que realizará análise dos documentos e posteriormente realizará o pagamento da 1ª parcela do repasse do

convênio, podendo ainda ser prorrogado o início da obra, caso ocorra a liberação do recurso em período de chuva.

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Classificação Funcional:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Dotação:

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 – Fica determinado como gestor do contrato o servidor Sr. João Victor Buzzo Narcizo, lotado no cargo de Diretor da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, contactado através do e-mail: jbuzzo@olimpia.sp.gov.br e telefone: (17) 3279-4860 e para fiscalizar os contratos ficará a cargo da servidora Sra. Milena da Silva Rocha, Engenheira Civil, lotado na Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com contato através do e-mail: msrocha@olimpia.sp.gov.br e através do telefone: (17) 3279-4860.

17.2 – Estes servidores deverão fiscalizar e acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

19 – CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia como único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

OLÍMPIA, de de 202.....

CONTRATANTE
REPRESENTANTE LEGAL
SECRETARIA MUNICIPAL

CONTRATADO
REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL